

Relatório da Administração

Aos Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **Argo Seguros Brasil S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apuradas com base na regulamentação vigente. **A Seguradora:** A Argo Seguros Brasil S.A., empresa do grupo Argo Group International Holdings, Ltd., iniciou suas atividades no Brasil em dezembro de 2011, após autorização da SUSEP para operar com seguros de danos em todo o território nacional. A Argo é uma seguradora especializada, cuja atuação tem principal foco estratégico nos segmentos de pequenas e médias empresas, e em grupos de afinidade, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços nas linhas de Responsabilidade Civil e Profissional, Garantias, Transportes, Riscos Patrimoniais e de Engenharia. A Seguradora vem investindo fortemente no crescimento da distribuição online de seus produtos através da sua plataforma digital Protector, que já conta com aproximadamente 3.000 corretores ativos. O Argo Group International Holdings, Ltd. é um grupo internacional com atuação no mercado de seguros gerais, especializado em subscrição de Seguros e Resseguros, com origem nos Estados Unidos e presente nos principais mercados de seguros do mundo. **Desempenho operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora atingiu uma receita de Prêmios Emitidos de R\$ 232,5 milhões, aumento de 27,8% em comparação aos R\$ 181,9 milhões emitidos em 2017. O crescimento líquido dos prêmios do Seguro DPVAT foi de 34,6%, passando de R\$ 158,7 milhões em 2017 para R\$ 213,5 milhões em 2018. Os Prêmios Ganhos, brutos de resseguro, atingiram R\$ 191,1 milhões, aumento de 19% em relação ao ano anterior. Excluindo-se o DPVAT, os Prêmios Ganhos cresceram 25,3%. A sinistralidade ficou em 41%, 3,9pp melhor que no ano anterior e o comissionamento teve uma

redução de 0,8pp, atingindo 20%, em consequência do mix de carteira. O Resultado Operacional foi positivo em R\$ 15,2 milhões, o qual, após as deduções de impostos e participações sobre o resultado, levou a um lucro de R\$ 6,4 milhões. A distribuição de seguros através da plataforma online Protector cresceu 30% em 2018 quando comparado ao mesmo período de 2017, atingindo o volume de R\$ 65,3 milhões, o que representou 30,6% do total de prêmios emitidos. Esse resultado foi alcançado através de aproximadamente 2.700 corretores ativos, servindo mais de 67.000 segurados em todo o território nacional. **Perspectivas:** Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades de clientes e parceiros de negócios. Os nichos em que atuamos são identificados com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A nossa plataforma de operações, dinâmica e flexível, visa atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e de gerenciamento de riscos e de sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil. O posicionamento de mercado alcançado neste sexto ano de operação, aliado ao fortalecimento contínuo da nossa estrutura operacional, e o potencial de crescimento do mercado de seguros brasileiro nos diversos nichos em que atuamos, permitem que estejamos otimistas quanto às perspectivas de desenvolvimento da Seguradora de acordo com o nosso planejamento estratégico. **Declaração de Capacidade Financeira:** Em atenção à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, declaramos que a avaliação e o registro contábil de títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise e no gerenciamento dos

vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. A Seguradora em 31 de dezembro de 2018 não possuía títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”. **Governança Corporativa:** O estatuto social da Seguradora assegura, aos Acionistas, dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do período são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2018 foi aprovada a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Prejuízos Acumulados. Em 15 de maio de 2017 a SUSEP aprovou, através da Portaria nº 6.898/2017, o aumento do capital social de R\$ 7,5 milhões, mediante a emissão de 7.549.699 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 1,00, elevando-o para R\$ 126,9 milhões, dividido em 126.880.577 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, devido à incorporação da totalidade do patrimônio da Argo Brasil Participações Ltda. CNPJ 12.753.467/0001-91, com sede na cidade de São Paulo - SP, nos termos do protocolo e justificação de incorporação celebrado em 21 de setembro de 2016. **Agradecimentos:** A Argo Seguros Brasil S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio dedicados à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

A Diretoria

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Nota	
		31/12/18	31/12/17
Prêmios emitidos	16.a, 16.c	232.470	181.851
Variações das provisões técnicas de prêmios	16.a, 16.d	(41.377)	(21.286)
Prêmios ganhos	16.a	191.093	160.565
Receita com emissão de apólices		2.202	2.056
Sinistros ocorridos	16.a, 16.e	(78.583)	(75.467)
Custos de aquisição	16.a, 16.f	(38.177)	(33.394)
Outras receitas e despesas operacionais	16.g	(4.384)	(3.688)
Resultado com resseguro	16.h	(14.492)	(12.575)
Receita com resseguro		7.958	990
Despesa com resseguro		(21.920)	(12.979)
Outros resultados com resseguro		(530)	(586)
Despesas administrativas	16.i	(44.448)	(42.324)
Despesas com tributos	16.j	(9.144)	(6.684)
Resultado financeiro	16.k	11.179	12.698
Resultado operacional		15.246	1.187
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(40)	26
Resultado antes dos impostos e participações		15.206	1.213
Imposto de renda	17	(3.042)	(1.015)
Contribuição social	17	(2.214)	(222)
Participações sobre o resultado	19	(3.480)	(1.904)
Lucro (Prejuízo) do exercício		6.470	(1.928)
Quantidade de ações	15.a	126.880.577	126.880.577
Lucro (Prejuízo) por ação - em R\$		0,05	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/18	31/12/17
Lucro (Prejuízo) do exercício	6.470	(1.928)
Ajustes com títulos e valores mobiliários, líquidos dos efeitos tributários	1.448	398
Total do resultado abrangente do exercício	7.918	(1.530)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	
	31/12/18	31/12/17
Lucro (prejuízo) do exercício	6.470	(1.928)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.327	1.091
Redução ao valor recuperável dos ativos	16.g 1.336	1.031
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	40	(26)
Créditos de PIS e COFINS	66	(172)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(25.801)	(25.344)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(31.225)	(3.610)
Ativos de resseguro	(20.587)	3.113
Créditos tributários e previdenciários	(5.331)	1.703
Custos de aquisição diferidos	(8.325)	(2.422)
Depósitos judiciais e fiscais	(199)	(14)
Outros ativos	(910)	(152)
Impostos e contribuições	10.571	46
Outras contas a pagar	(872)	(5.868)
Débitos de operações de seguros e resseguros	21.625	(1.642)
Depósitos de terceiros	(1.120)	2.914
Provisões técnicas - seguros e resseguros	57.502	27.894
Provisões judiciais	14.b (96)	(54)
Outros passivos	2.152	2.738
Caixa gerado (consumido) pelas operações	6.163	(702)
Impostos sobre o lucro, pagos	(5.202)	(975)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	961	(1.677)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	87	128
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(398)	(646)
Intangível	(4.195)	(830)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(4.506)	(1.348)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital - Incorporação Argo Brasil Participações Ltda.	15.a -	7.550
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-	7.550
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.545)	4.525
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5 7.052	2.527
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5 3.507	7.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Accounting Standards Board (IASB) emitiu a norma IFRS 16 - Arrendamento Mercantil, que requer que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial, sendo registrados um passivo para pagamentos futuros e um ativo para o direito de uso. Apesar de alterar radicalmente a contabilidade do arrendatário, a nova norma não traz mudanças significativas para a contabilidade do arrendador. A IFRS 16 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, com opções para aplicação inicial (adoção retrospectiva ou adoção modificada). A adoção antecipada é permitida, desde que a nova norma relativa à receita (IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes) já tenha sido aplicada ou seja aplicada na mesma data que a IFRS 16. O IFRS 17 “Contratos de Seguros” (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação contínua—☆

Balanco Patrimonial - 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Nota		Passivo	Nota explicativa	Nota	
		31/12/18	31/12/17			31/12/18	31/12/17
Circulante		222.138	289.521	Circulante		299.377	243.358
Disponível	5	3.507	7.052	Contas a pagar	11	20.118	14.623
Caixa e bancos		3.507	7.052	Obrigações a pagar		5.329	5.960
Aplicações	6	84.072	182.357	Impostos e encargos sociais a recolher		6.472	5.541
Créditos das operações com seguros e resseguros		73.090	56.948	Encargos trabalhistas		1.584	1.825
Prêmios a receber	7.1	65.383	49.280	Impostos e contribuições		6.733	1.297
Operações com seguradoras	7.2	3.473	5.256	Débitos das operações com seguros e resseguros		42.204	21.039
Operações com resseguradoras	7.3	4.234	2.412	Prêmios a restituir		239	887
Outros créditos operacionais		85	481	Operações com seguradoras		2.007	2.045
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8 e 13	37.645	28.591	Operações com resseguradoras	12	24.994	7.443
Títulos e créditos a receber	9	7.327	2.550	Corretores de seguros e resseguros		14.911	10.576
Créditos tributários e previdenciários		6.247	2.105	Outros débitos operacionais		53	88
Depósitos judiciais e fiscais		-	14	Depósito de terceiros		4.982	6.102
Outros créditos		1.080	431	Provisões técnicas - seguros	13	232.073	201.594
Outros valores e bens		677	49	Danos		232.073	201.594
Despesas antecipadas		98	69	Não circulante		53.252	25.104
Custos de aquisição diferidos Seguros	10	15.637	11.424	Contas a pagar		1.721	500
		15.637	11.424	Tributos diferidos	11	1.721	500
Não circulante		204.785	45.317	Provisões técnicas - seguros	13	51.358	24.335
Realizável a longo prazo		197.777	41.450	Danos	13	51.358	24.335
Aplicações	6	160.500	34.967	Outros débitos	14	173	269
Créditos das operações com seguros e resseguros		13.751	4	Provisões judiciais		173	269
Prêmios a receber	7.1	13.751	4	Patrimônio Líquido		74.294	66.376
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8 e 13	13.844	2.311	Capital social	15	126.881	126.881
Títulos e créditos a receber	9	1.629	227	Ajustes de avaliação patrimonial		1.594	146
Créditos tributários e previdenciários		1.416	227	Prejuízos acumulados		(54.181)	(60.651)
Depósitos judiciais e fiscais		213	-				
Custos de aquisição diferidos Seguros	10	8.053	3.941				
		8.053	3.941				
Imobilizado		931	978				
Bens móveis		931	978				
Intangível		6.077	2.889				
Outros intangíveis		6.077	2.889				
Total do ativo		426.923	334.838	Total do passivo		426.923	334.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	119.331	(252)	(58.723)	60.356
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 6.898 de 15/05/17 - Incorporação Argo Brasil Participações Ltda.	7.550	-	-	7.550
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	398	-	398
Prejuízo do exercício	-	-	(1.928)	(1.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	126.881	146	(60.651)	66.376
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	1.448	-	1.448
Lucro do exercício	-	-	6.470	6.470
Saldos em 31 de dezembro de 2018	126.881	1.594	(54.181)	74.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Argo Seguros Brasil S.A. (doravante “Seguradora”) foi constituída em 02 de setembro de 2011, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 4.316, de 13 de dezembro de 2011, tendo iniciado suas operações de contratos de seguros a partir de 1º de janeiro de 2012. A Seguradora é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Avenida Nações Unidas, nº 12.399 - Conjuntos 140 e 141 - Brooklin Paulista, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. O controle acionário (gerência efetiva nos negócios) da Seguradora são exercidos pela Argo Financial Holding (Brazil) Limited, que detém 94,05% do capital social da Seguradora e Argo Re LTD, que detém 5,95% do capital social da Seguradora, após a incorporação da Argo Brasil Participações Ltda. Em 2016 o controle acionário da Seguradora era exercido pela Argo Financial Holding (Brazil) Limited em 100% do capital social. A Seguradora tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • Patrimonial; • Responsabilidades; • Automóveis (convênio DPVAT); • Transportes; e • Riscos financeiros. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. As demonstrações financeiras da Seguradora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2019. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração dos fluxos de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor. Em 30 de julho de 2015, foi emitida a Circular SUSEP nº 517 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em ativo ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre verdadeira durante pelo menos doze meses após a data do balanço. **2.2. Comparabilidade:** As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do “CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis” e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. As contas

patrimoniais, de resultado e demais apresentações foram comparadas com 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Seguradora optou em apresentar a Demonstração do fluxo de caixa (DFC) pelo método indireto. **2.3. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado e provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **2.4. Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Seguradora de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **2.5. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$000) e arredondadas para o milhar mais próximo. **2.6. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Ativos financeiros; • Crédito das operações com seguros e resseguros; e • Provisões técnicas. **2.7. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. O IASB permite duas possibilidades para a adoção em empresas cuja atividade seja de seguros: (i) *Deferral Approach* - isenção temporária e (ii) *Overlay Approach* - equalização dos efeitos e prazos nos resultados até 2021. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Seguradora, não causando, no entanto, nenhum impacto relevante sobre os valores atualmente registrados. O CPC convergiu para esse novo pronunciamento e emitiu o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, com adoção para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A SUSEP ainda não se pronunciou sobre esse normativo. O International

discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º Janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros, com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez ou com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2. Ativos financeiros: Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo.

3.2.1. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Seguradora tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.2.3. Ativos financeiros disponíveis para venda: Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável a cada data de balanço. A Seguradora não possui empréstimos registrados no período de apresentação das demonstrações financeiras.

3.2.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras, nem efetuou transações com instrumentos financeiros derivativos durante o Exercício.

3.2.6. Determinação do valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. O CPC 39 - Instrumentos financeiros, também requer a divulgação dos ativos por níveis, que estão relacionados à precificação do valor justo de cada ativo (Vide Nota Explicativa nº 6), sendo eles:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável.

3.2.7. Recuperabilidade de ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. A perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do período.

3.2.8. Redução ao valor recuperável de ativos: A Seguradora constitui redução do valor recuperável de prêmios a receber direto através de estudo técnico baseado em histórico de cancelamentos de prêmios por inadimplência, com base nos últimos 30 meses. A Seguradora atualiza este estudo técnico nas datas-base 30 de junho e 31 de dezembro, quando da elaboração das demonstrações financeiras. A Seguradora constitui a redução ao valor recuperável para prêmios de cosseguro aceitos vencidos acima de 60 dias. Para operações com resseguradoras, constitui redução ao valor recuperável para os sinistros pendentes acima de 180 dias.

3.2.9. Recuperabilidade de ativos não financeiros: Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.3. Composição de ativos e passivos de resseguros: Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos, basicamente, por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda, os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada.

3.4. Bens a venda - salvados: A Seguradora detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de um evento de sinistro, cujo segurado foi ou será indenizado. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos (TAP) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa.

3.5. Ativo imobilizado de uso próprio: O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações contábeis. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. O valor residual e a

vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil fiscal, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens.

3.6. Intangível: 3.6.1. **Softwares:** Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de hardware, especificações de software, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que varia entre três a sete anos, a partir da data em que o sistema entra em operação.

3.6.2. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis referem-se a investimentos efetuados em canais de vendas para comercialização exclusiva de produtos desenvolvidos e garantidos pela Seguradora e são amortizados de forma linear conforme o prazo do contrato. São reconhecidos pelo seu valor justo na data de assinatura dos contratos.

3.7. Classificação dos contratos de seguros e de investimento: As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

3.8. Mensuração dos contratos de seguro: Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata temporis" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

3.9. Resseguro: Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelas resseguradoras. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro incluem saldos a receber de resseguradoras relacionados aos valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos. Os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliados depois de transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para riscos de créditos com resseguros.

3.10. Custos de aquisição diferidos: Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

3.11. Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

3.12. Provisões técnicas: As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Seguradora fez a adequação das provisões técnicas, em atendimento à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, identificando a parcela de IBNR referente às despesas relacionadas (PDR) e a adoção da reserva de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para eventual insuficiência no Teste de Adequação dos Passivos (TAP) sem impactos no resultado. As provisões técnicas aplicáveis à Seguradora no período de apresentação das demonstrações financeiras estão assim resumidas: A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas aos riscos vigentes na data-base do cálculo. A PPNG também representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata dia" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes, porém não emitidos na data-base de cálculo. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora está em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, e encontra-se descrita em Nota Técnica Atuarial. A metodologia de cálculo consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de até 36 (trinta e seis) meses, sobre o montante de prêmios dos últimos 12 (doze) meses (considerando os 11 meses anteriores e o mês de referência) ou sobre o montante de prêmios do mês de referência ou sobre a PPNG do mês de referência. Esta metodologia de cálculo é aplicada aos ramos que a Seguradora possui base de dados suficiente para a utilização de metodologia própria. Para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, a provisão é constituída com base nos percentuais médios obtidos através dos testes de consistência ou através dos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa das indenizações devidas ou valor determinado na apólice e liquidação de sinistro. É determinada com base nos avisos de sinistros recebidos e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões Técnicas". A partir do mês de dezembro de 2018, a Seguradora passou a contabilizar a IBNeR, a qual se trata de um ajuste agregado da PSL, visando a cobertura de insuficiências verificadas na estimativa do valor de abertura dos sinistros. A metodologia de cálculo da IBNeR está devidamente descrita em Nota Técnica Atuarial. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) tem como objetivo de provisionar os valores a pagar dos valores esperados relativos às despesas relacionadas aos sinistros. Esses valores referem-se, basicamente, às despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro. A metodologia de cálculo utilizada na apuração mensal da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial. A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (também conhecida como "IBNR - Incurred But Not Reported") visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora. A Seguradora possui uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que se baseia em critério estatístico-atuarial, conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros ocorridos e avisados. Esta metodologia é aplicada aos ramos que a Seguradora possui base de dados suficiente para a utilização de metodologia própria. A Seguradora passou a aplicar esta metodologia a partir de novembro de 2016. Para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, a provisão é constituída com base nos resultados observados nos testes de consistência desta provisão ou através dos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas

provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos. Com base nos valores estimados no estudo do TAP de data-base 31/12/2018, a PCC é nula.

3.13. Teste de adequação dos passivos (TAP - ou "LAT"): Conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalculer o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados de PPNG e Prêmios Não Registrados de PPNG, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, salvados, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2018, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2018 foram, em média, as seguintes: Grupo Patrimonial: 50,00%; Grupo Responsabilidades: 33,31%; Grupo Transportes: 46,63%; Grupo Riscos Financeiros: 19,00%. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora de data base 31/12/2018, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015.

3.14. Operações de arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil ("leasing") são classificados em dois grandes grupos: "leasing" operacional e "leasing" financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 Operação de Arrendamento Mercantil é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem. **Arrendamentos operacionais:** A Seguradora aluga o imóvel onde está sediada, por meio de um contrato de arrendamento mercantil operacional. As contraprestações desses contratos são reconhecidas no resultado do período em que são devidas, em função de atenderem a característica de arrendamento operacional devido não existir a transferência dos riscos e benefícios sobre os ativos. **Arrendamentos financeiros:** Durante o período de divulgação não existiam contratos de arrendamento mercantil financeiros vigentes na Seguradora.

3.15. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo: Compreendem os ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros de acordo com o sindicato da categoria, gratificações e benefícios não monetários. Estes benefícios são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período na medida em que são incorridos. **Benefícios por desligamento:** Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: a) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho na mesma empresa; b) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa; c) por mais 90 dias com mais de 10 anos de trabalho na mesma empresa.

3.16. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes relacionados à Provisão de Sinistros a Liquidar são avaliados para provisão de perda independente do pronunciamento técnico CPC 25, mas sim utilizando-se como base o CPC 11 sobre a definição de um contrato de seguro e a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável e possível são apenas divulgados.

3.17. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável do período excedente a R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável do resultado apurado até 31 de agosto de 2015. A partir de 1º de setembro de 2015 a alíquota da contribuição social foi elevada para 20% do lucro tributável, conforme publicação da Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) em 21 de maio de 2015, convertida na Lei 13.169/2015, aplicável até o exercício de 2018. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação nas demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

3.18. Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.19. Participações sobre o resultado: O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, baseada no plano de distribuição de participações de resultados da Seguradora, homologado pelo sindicato da categoria.

4. Gerenciamento de riscos: A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de seguro;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de controles internos (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) com definição de metodologias, processos, modelos e/ou controles. Os riscos são monitorados pelo Conselho de Administração com supervisão as operações auxiliadas

por comissões, comitês executivos, Direção de Gestão de Risco Empresarial e Supervisão de Compliance e Legal. **4.1. Gestão de risco de crédito:** A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Seguradora opera apenas na carteira de transporte na modalidade riscos decorridos. Para os créditos das operações com seguros e resseguros é constituída a provisão para redução ao valor recuperável conforme mencionado na Nota 7.1 e 7.2. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017, distribuídos por *rating* de crédito. A carteira de investimentos é composta, em sua maioria, por títulos públicos federais com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano equivalente à "brBB-", conforme classificação da Standard & Poor's).

31 de dezembro de 2018						
	Rating - Standard & Poor's/Mood's/Fitch					
	Aa1 - Sem rating		Aa2 - rating		Aa3 A+ AAA (***) Total	
Ativos financeiros	brBB-	Aa3	A+	AAA	(***)	Total
Ao valor justo por meio do resultado	-	3.335	-	-	73.874	77.209
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.335	-	-	-	3.335
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	-	-	73.874	73.874
Disponíveis para a venda	144.329	14.725	655	7.654	-	167.363
Letras financeiras do tesouro - LFT	87.896	-	-	-	-	87.896
Letras do tesouro nacional - LTN	3.093	-	-	-	-	3.093
Letras financeiras - LF	-	1.991	-	2.150	-	4.141
Notas tesouro nacional - NTN	53.340	-	-	-	-	53.340
Nota Comercial	-	2.001	-	-	-	2.001
Debêntures	-	10.733	655	5.504	-	16.892
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	96.657	96.657
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	-	-	86.841	86.841
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	85	85
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	-	-	9.731	9.731
Total do circulante e não circulante	144.329	18.060	655	7.654	170.531	341.229

(*) Os ratings para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (***) Os Títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens", "despesas antecipadas" e "créditos tributários e previdenciários". (***) Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de créditos individuais.

31 de dezembro de 2017						
	Rating - Standard & Poor's/Mood's/Fitch					
	Aa1 - Sem rating		Aa2 - rating		Aa3 A+ AAA (***) Total	
Ativos financeiros	brBB-	brAA-	brAAA	rating	(***)	Total
Ao valor justo por meio do resultado	-	3.140	-	-	65.723	68.863
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	3.140	-	-	-	3.140
Quotas de outros fundos de investimentos especialmente constituídos (DPVAT)	-	-	-	-	65.723	65.723
Disponíveis para a venda	137.039	7.355	4.067	-	-	148.461
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	-	-	-	-	123.333
Letras financeiras - LF	1.990	2.095	841	-	-	4.926
Notas tesouro nacional - NTN	10.852	-	-	-	-	10.852
Debêntures	864	5.260	3.226	-	-	9.350
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	60.328	60.328
Créditos das operações com seguros e resseguros (*)	-	-	-	-	56.952	56.952
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	481	481
Títulos e créditos a receber (**)	-	-	-	-	2.895	2.895
Total do circulante e não circulante	137.039	10.495	4.067	126.051	277.652	

(*) Os ratings para os créditos de resseguro estão identificados na nota 8.1. (***) Os Títulos e créditos a receber são compostos pelos "outros créditos", "outros valores e bens" e "créditos tributários e previdenciários". (***) Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais. **4.2. Gestão de riscos financeiros:** A Seguradora define risco financeiro como risco de mercado e risco de liquidez. Esses riscos surgem de posições mantidas em ativos financeiros divididos em títulos de renda fixa públicos e privados, e oscilações em quotas de fundos de investimento. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. Consequentemente, a política tem o compromisso de honrar os passivos de seguros e passivos financeiros até o vencimento. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazos. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário. A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Seguradora, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Negociação	31/12/18		31/12/17	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Ativos				
Caixa e bancos	3.507	-	7.052	-
Títulos de renda fixa	10.198	160.500	116.634	34.967
Quotas de fundos de investimento	73.874	-	65.723	-
Prêmios a receber	65.383	13.751	49.280	4
Créditos das operações com seguros e resseguros	7.707	-	7.668	-
Ativos de resseguros	37.645	13.844	28.591	2.311
Títulos e créditos a receber	7.327	1.629	2.550	227
Custos de aquisição diferidos	15.637	8.053	11.424	3.941
Outros créditos operacionais e Outros valores e bens	860	-	599	-
Total dos ativos	222.138	197.777	289.521	41.450

Negociação	31/12/18		31/12/17	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	20.118	1.721	14.623	500
Comissões a pagar	14.911	-	10.576	-
Débitos das operações com seguros e resseguros	27.054	-	9.576	-
Prêmios a restituir	239	-	887	-
Provisões técnicas de seguros	232.073	51.358	201.594	24.335
Depósito de terceiros	4.982	-	6.102	-
Outros débitos	-	173	-	269
Total dos passivos	299.377	53.252	243.358	25.104

Os títulos de renda fixa acima de um ano incluem R\$ 133.464 (2017 - R\$ 22.962) de Títulos Públicos (Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional) que possuem liquidez imediata. As provisões técnicas registradas em curto prazo estão suficientemente cobertas pelos títulos públicos, conforme mencionado na Nota 13.3. A Seguradora mantém os títulos públicos com vencimentos superiores a 365 dias, porém estão classificados como "Disponível para Venda", podendo ser resgatados a qualquer momento para cumprir com os compromissos de curto prazo. A política de gestão de riscos financeiros tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas em períodos futuros o valor justo destes ativos tende a subir, e vice-versa. A Seguradora optou por minimizar o risco de crédito das contrapartes, pela escolha de ativos de baixíssimo risco, sendo que atualmente a carteira de investimentos é basicamente composta por títulos públicos federais e fundos de investimentos que aplicam em títulos públicos federais. A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado exceto DPVAT, e os disponíveis para venda, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Seguradora. O impacto apresentado é uma combinação das variáveis taxa de juros e inflação. **4.2.1. Análise de sensibilidade financeira da Seguradora:**

Título	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Valorização em 2,0% na SELIC	Desvalorização em 2,0% na SELIC	Impacto no Resultado Financeiro	Impacto no Patrimônio Líquido
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.759	966	(1.759)	(966)
Letras financeiras - LF	83	46	(83)	(46)
Letras do tesouro nacional - LTN	62	34	(62)	(34)
Debêntures	338	186	(338)	(186)
Notas do tesouro nacional - NTN	1.067	587	(1.067)	(587)
Certificados de depósitos bancários - CDB	67	37	(67)	(37)
Total	3.376	1.856	(3.376)	(1.856)

Título	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Valorização em 2,0% na SELIC	Desvalorização em 2,0% na SELIC	Impacto no Resultado Financeiro	Impacto no Patrimônio Líquido
Letras financeiras do tesouro - LFT	2.467	1.357	(2.467)	(1.357)
Letras financeiras - LF	99	54	(99)	(54)
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-
Debêntures	187	103	(187)	(103)
Notas do tesouro nacional - NTN	217	119	(217)	(119)
Certificados de depósitos bancários - CDB	63	35	(63)	(35)
Total	3.033	1.668	(3.033)	(1.668)

Os resultados destas análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **4.3. Gestão do risco de seguro:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A Administração da Seguradora age ativamente sobre a gestão dos passivos de contratos de seguros, definindo políticas operacionais e efetuando análises de situações que exigem alto grau de julgamento acerca da liquidação de sinistros específicos e sobre a avaliação dos saldos provisionados para fazer frente aos passivos de contratos de seguros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam

6. Aplicações: a) A composição e hierarquia das aplicações financeiras estão representadas no quadro abaixo:

Títulos	31 de dezembro de 2018			
	Nível	Valor de Curva	Ajuste mercado	Valor contábil/mercado
Ao valor justo por meio do resultado				
Certificados de depósitos bancários - CDB (*)	2	3.335	-	3.335
Quotas de fundos de investimento - DPVAT (*)	2	73.874	-	73.874
Total		77.209		77.209
Disponível para venda				
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	1	87.910	(14)	87.896
Letras financeiras - LF (**)(**)	2	4.135	6	4.141
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	3.079	14	3.093
Notas do tesouro nacional - NTN-F (*)	1	21.977	237	22.214
Notas do tesouro nacional - NTN-B (*)	1	28.618	2.508	31.126
Nota comercial	2	2.001	-	2.001
Debêntures(***)	2	16.749	143	16.892
Total		164.469	2.894	167.363
Total dos ativos Circulante		241.678	2.894	244.572
Não Circulante				84.072
				160.500
Títulos				
Ao valor justo por meio do resultado				
Certificados de depósitos bancários - CDB (*)	2	3.140	-	3.140
Quotas de fundos de investimento - DPVAT (*)	2	65.723	-	65.723
Total		68.863		68.863
Disponível para venda				
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	1	123.350	(17)	123.333
Letras financeiras - LF (**)(**)	2	4.909	17	4.926
Notas do tesouro nacional - NTN-B (*)	1	10.666	186	10.852
Debêntures(***)	2	9.272	78	9.350
Total		148.197	264	148.461
Total dos ativos Circulante		217.060	264	217.324
Não Circulante				182.357
				34.967

(*) O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro foi apurado com base nos valores de mercado fornecido pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. O valor de mercado dos títulos públicos, classificados como "disponíveis para venda", foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, informado pelo Banco Central do Brasil, por meio do seu site. Para os certificados de depósitos bancários - CDB, Debêntures e Letras Financeiras, o valor de mercado é apurado com base na valorização do CDI, constantes no relatório da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. (**) Letras Financeiras emitidas por Banco Daycoval, Banco Renault, Banco ABC, Banco Votorantim e Caixa Econômica Federal. (***) Debêntures emitidas por instituições privadas, dentre as quais se destacam: Lojas Americanas, Eletropaulo, MRV Engenharia, Copasa e Localiza.

rating de risco de crédito de qualidade, de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria, fator relevante para os ramos de Riscos Especiais. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras, por percentual ressegurado:

Composição por segmento	31 de dezembro de 2018			
	Prêmios emitidos líquidos	Parcela ressegurada	Prêmios retidos pela Seguradora	% Prêmios retidos pela Seguradora
Patrimonial	12.129	(2.832)	9.297	76,7%
Responsabilidades	72.004	(7.169)	64.835	90,0%
Convênio DPVAT	18.996	-	18.996	100,0%
Transportes	100.893	(9.203)	91.690	90,9%
Riscos financeiros	28.448	(27.371)	1.077	3,8%
Total	232.470	(46.575)	185.895	80,0%

Composição por segmento	31 de dezembro de 2017			
	Prêmios emitidos líquidos	Parcela ressegurada	Prêmios retidos pela Seguradora	% Prêmios retidos pela Seguradora
Patrimonial	11.093	(2.301)	8.792	79,3%
Responsabilidades	62.410	(6.239)	56.171	90,0%
Convênio DPVAT	23.200	-	23.200	100,0%
Transportes	86.956	(3.699)	83.257	95,7%
Riscos financeiros	(1.808)	(2.749)	(4.557)	252,0%
Total	181.851	(14.988)	166.863	91,8%

4.3.1. Análise de sensibilidade - sinistros: O quadro abaixo demonstra os impactos no patrimônio líquido e resultado, decorrentes de uma piora e/ou melhora nos sinistros ocorridos na Seguradora: (i) *Bruto de resseguro:*

	31 de dezembro de 2018			
	Piora	Melhora		
Prêmios ganhos	10 p.p.	5 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	191.093	191.093	191.093	191.093
Índice de sinistralidade	(86.441)	(82.512)	(70.724)	(74.653)
Impacto no PL e no resultado (bruto)	45,2%	43,2%	37,0%	39,1%
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(7.858)	(3.929)	7.858	3.929
Total	4.322	(2.161)	4.322	2.161

	31 de dezembro de 2017			
	Piora	Melhora		
Prêmios ganhos	10 p.p.	5 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	160.565	160.565	160.565	160.565
Índice de sinistralidade	(83.014)	(79.240)	(67.920)	(71.694)
Impacto no PL e no resultado (bruto)	51,7%	49,4%	42,3%	44,7%
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(7.547)	(3.773)	7.547	3.773
Total	(4.151)	(2.075)	4.151	2.075

	31 de dezembro de 2018			
	Piora	Melhora		
Prêmios ganhos	10 p.p.	5 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	166.388	166.388	166.388	166.388
Índice de sinistralidade	(78.271)	(74.713)	(64.040)	(67.597)
Impacto no PL e no resultado (bruto)	47,0%	44,6%	38,5%	40,6%
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(7.116)	(3.558)	7.116	3.558
Total	(3.914)	(1.957)	3.914	1.957

Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não havia contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Seguradora. A Seguradora não possui ativos financeiros classificados em nível 3 em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

b) Movimentação das aplicações:

Títulos	Saldo em 31/12/17	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/18
Ao valor justo por meio do resultado						
Certificados de depósitos bancários - CDB	3.140	718	(720)	197	-	3.335
Quotas de fundos de investimento - abertos	65.723	8.639	(5.278)	4.790	-	73.874
	68.863	9.357	(5.998)	4.987	-	77.209
Disponível para venda						
Letras financeiras do tesouro - LFT	123.333	165.562	(207.711)	6.709	3	87.896
Letras financeiras - LF	4.926	7.767	(8.856)	315	(11)	4.141
Letras do tesouro nacional - LTN	-	25.754	(23.938)	1.263	14	3.093
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	21.805	-	172	237	22.214
Notas do tesouro nacional - NTN-B	10.852	30.399	(14.004)	1.557	2.322	31.126
Nota comercial	-	2.000	-	1	-	2.001
Debêntures	9.350	23.674	(17.314)	1.117	65	16.892
	148.461	276.961	(271.823)	11.134	2.630	167.363
Total dos ativos	217.324	286.318	(277.821)	16.121	2.630	244.572

c) A composição dos ativos financeiros por vencimento está representada no quadro abaixo:

Títulos	31 de dezembro de 2018					
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor contábil
Ao valor justo por meio do resultado						
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	-	3.335	-	3.335
Quotas de fundos de investimento - abertos	73.874	-	-	-	-	73.874
	73.874	-	-	3.335	-	77.209
Disponível para venda						
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	1.868	-	-	86.028	87.896
Letras financeiras - LF	-	-	462	3.679	-	4.141
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	3.093	3.093
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	-	-	-	22.214	22.214
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	-	31.126	31.126
Nota comercial	-	-	-	-	2.001	2.001
Debêntures	-	-	-	854	16.038	16.892
	-	1.868	462	4.533	160.500	167.363
Total dos ativos	73.874	1.868	462	7.868	160.500	244.572

Títulos	31 de dezembro de 2017					
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor contábil
Ao valor justo por meio do resultado						
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	-	-	3.140	3.140
Quotas de fundos de investimento - abertos	65.723	-	-	-	-	65.723
	65.723	-	-	-	3.140	68.863
Disponível para venda						
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	-	111.223	12.110	123.333
Letras financeiras - LF	-	-	-	2.936	1.990	4.926
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	-	10.852	10.852
Debêntures	-	-	418	2.057	6.875	9.350
	-	-	418	116.216	31.827	148.461
Total dos ativos	65.723	-	418	116.216	34.967	217.324

(*) As quotas de fundos de investimentos são compostas pelos fundos de investimentos informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

7. Créditos das operações com seguros e resseguros: 7.1. Prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito e estão apresentados líquidos da provisão para perda ao valor recuperável. A provisão para redução ao valor recuperável de prêmios a receber é constituída conforme estudo próprio seguindo as premissas abaixo: • Apólices e/ou endossos de segurados que possuem nos últimos dois anos histórico de cancelamento por inadimplência e/ou endossos com parcela vencida e vigência decorrida. O montante corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado; e • São desconsiderados os segurados que possuem histórico de negócios e adimplência com a Seguradora.

a) Composição dos prêmios a receber por ramo de seguro:

Ramo	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Quantidade média de parcelas	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber	Redução ao valor a receber	Prêmios a receber
Compreensivo empresarial	5	953	(16)	937	(9)	504
Riscos de engenharia	2	105	(142)	(37)	550	(156)
Riscos nomeados e operacionais	1	11	-	11	286	(1)
Responsabilidade civil geral	10	1.292	(128)	1.164	2.103	(203)
Responsabilidade civil Profissional e D&O	9	20.676	(918)	19.758	18.876	(328)
Transporte nacional	7	11.469	(872)	10.597	7.941	(425)
Transporte internacional	5	14.740	(1.198)	13.542	7.970	(526)
Responsabilidade civil transporte rodoviário carga	3	7.299	(1.730)	5.569	7.084	(1.788)
Responsabilidade civil transporte rodoviário desvio carga	1	3.659	(1.090)	2.569	3.885	(1.407)
Garantia-segurado Setor público	3	21.326	(692)	20.634	805	(116)
Garantia-segurado Setor privado	2	390	(331)	59	345	(331)
Demais ramos	7	4.633	(302)	4.331	4.410	(194)
		86.553	(7.419)	79.134	54.768	(5.484)
Circulante				65.383		49.280
Não circulante				13.751		4

b) Movimentação dos prêmios a receber: O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 1º de janeiro a 31 de dezembro:

	31/12/18	31/12/17
Prêmios pendentes no início do exercício	49.284	48.027
(+) Prêmios emitidos	248.243	245.738
(+) IOF	11.205	10.245
(+) Adicional de fracionamento	817	734
(-) Prêmios cancelados/restituídos	(26.632)	(69.436)
(-) Recebimentos	(208.024)	(175.968)
(+) Prêmios - riscos vigentes não emitidos	6.177	(13.485)
(+/-) Constituição de provisão para perda	(1.936)	3.429
Prêmios pendentes no final do exercício	79.134	49.284

c) Composição dos prêmios a receber por decurso de prazo:

Aging List	31 de dezembro de 2018		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
A vencer (i)	69.336	(1.255)	68.081
Vencidos - 1 a 30 dias	8.321	(1.044)	7.278
Vencidos - 31 a 60 dias	1.858	(1.218)	640
Vencidos - 61 a 120 dias	2.977	(1.004)	1.973
Vencidos - 121 a 180 dias	1.184	(826)	359
Vencidos - 181 a 365 dias	1.312	(621)	690
Vencidos - mais de 365 dias	1.565	(1.452)	113
Total	86.553	(7.419)	79.134

(i) O saldo referente à Provisão para Prêmios de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE) no valor de R\$ 10.677 (2017 - R\$ 10.499) foi calculado conforme descrito na Nota 3.12 e alocado na faixa "A vencer", uma vez que a RVNE, por sua natureza, não possui abertura analítica por vencimento. 7.2. Operações com seguradoras: O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos e de restituição de comissão de cosseguro aceito, bem como, de prêmios a restituir e de sinistros e comissões de cosseguro cedido.

Ramo	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Valores a receber	Redução ao valor recuperável	Valores a receber líquido	Valores a receber	Redução ao valor recuperável	Valores a receber líquido
Compreensivo empresarial	354	-	354	48	-	48
Riscos de engenharia	373	(27)	346	443	(88)	355
Riscos nomeados e operacionais	247	(71)	176	547	(81)	466
Responsabilidade civil geral	44	(40)	4	137	(79)	58
Responsabilidade civil profissional e D&O	2.176	(590)	1.586	2.766	(78)	2.688
Transporte nacional	712	(232)	480	280	(46)	234
Transporte internacional	253	(57)	196	462	(122)	340
Responsabilidade civil transporte rodoviário carga	255	(5)	250	878	(83)	795
Responsabilidade civil transporte rodoviário desvio carga	78	-	78	285	(173)	112
Garantia-segurado setor público	-	-	-	236	(154)	82
Garantia-segurado setor privado	-	-	-	-	-	-
Demais ramos	3	-	3	80	(2)	78
	4.495	(1.022)	3.473	6.162	(906)	5.256

7.3. Operações com resseguradoras: As operações com resseguradoras contemplam os prêmios, sinistros a recuperar e outros créditos operacionais. Os sinistros a recuperar contemplam os sinistros pagos pendentes de recebimento.

Evento	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Prêmios a restituir	234	272	5	511	112	186	-	298
Sinistros	4.373	2.085	247	6.705	2.671	1.757	221	4.649
	4.607	2.357	252	7.216	2.783	1.943	221	4.947
Redução ao valor recuperável	(1.391)	(1.392)	(199)	(2.982)	(1.065)	(1.285)	(185)	(2.535)
	3.216	965	53	4.234	1.718	658	36	2.412

A provisão para redução ao valor recuperável com resseguradoras é constituída pelo valor dos créditos referentes à restituição de sinistros pagos com período de inadimplência superior a 180 dias.

8. Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas:

	31/12/18	31/12/17
Prêmios diferidos - PPNG	27.049	11.867
Prêmios diferidos - RVNE	1.451	456
Sinistros IBNR	463	705
Sinistros IBNeR	245	-
Sinistros pendentes de pagamento	19.716	17.398
Provisão despesas relacionadas	2.565	476
	51.489	30.902
Circulante	37.645	28.591
Não circulante	13.844	2.311

8.1. Prêmios de resseguro diferidos - PPNG subdivididos em classes e ratings: Abaixo demonstramos a relação das resseguradoras por classe e por rating divulgados pelas agências classificadoras Standard & Poor's e A.M. Best em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Rating (i)	31 de dezembro de 2018			
	Local	Admitida	Eventual	Total
A	-	176	1.103	1.279
A-	10.175	-	-	10.175
A++	-	12.380	16	12.396
A+	-	30	-	30
AA-	-	173	268	441
Sem rating	2.728	-	-	2.728
	12.903	12.759	1.387	27.049

Rating (i)	31 de dezembro de 2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total
A	145	126	1.136	1.407
A-	4.432	-	-	4.432
A+	-	4.496	211	4.707
AA-	-	84	125	209
AA	62	-	-	62
Sem rating	1.050	-	-	1.050
	5.689	4.706	1.472	11.867

(i) Ratings obtidos no sítio da FENABER.

9. Títulos e créditos a receber, incluindo créditos tributários e previdenciários:

	31/12/18	31/12/17
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.202	1.160
Créditos de PIS e COFINS diferido (*)	2.461	1.111
Depósito judicial	213	14
Outros créditos	1.080	492
	8.956	2.777
Circulante	7.327	2.550
Não circulante	1.629	227

(*) A Seguradora contabilizou em 2015 créditos tributários de PIS e COFINS (Pis/Cofins Diferido), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e COFINS quando do seu efetivo pagamento. 10. Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros. a) Composição das despesas de comercialização diferidas originadas de aquisição de contratos de seguros:

	Vigência média das apólices (dias)	31/12/18	31/12/17
Riscos de engenharia	331	19	111
Responsabilidade civil profissional	1.551	11.075	8.240
Garantia segurado - setor público	1.170	4.504	1.489
Garantia segurado - setor privado	855	96	265
Transporte internacional	162	2.586	1.266
Transporte nacional	357	2.939	1.434
Responsabilidade civil geral	361	328	623
Riscos nomeados e operacionais	365	5	90
Demais ramos	361	2.138	1.847
		23.690	15.365
Circulante		15.637	11.424
Não circulante		8.053	3.941

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Comissão	Comissão - RVNE	Total
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	41.482	-	-	41.482
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(33.174)	-	-	(33.174)
(-) Reversões	-	-	17	17
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.791	1.899	23.690	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.848	2.095	12.943	
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	30.			

Evento	31 de dezembro de 2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total
Prêmios	2.997	4.092	54	7.143
Adiantamento de Sinistros	188	94	18	300
Total	3.185	4.186	72	7.443

Evento	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Bruto de resseguro	Parcela resseguro (*)	Valor líquido	Bruto de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	125.475	(27.049)	98.426	83.650
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	9.077	(1.451)	7.626	9.667
Sinistros a liquidar	66.479	(19.716)	46.763	61.136
Provisão de IBNR	72.678	(463)	72.215	67.470
Provisão de IBNeR	2.463	(245)	2.218	-
Provisão despesas relacionadas	6.954	(2.565)	4.389	3.640
Outras provisões técnicas	305	-	305	366
Total	283.431	(51.489)	231.942	225.929

Evento	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Bruto de resseguro	Parcela resseguro (*)	Valor líquido	Bruto de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	125.475	(27.049)	98.426	83.650
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	9.077	(1.451)	7.626	9.667
Sinistros a liquidar	66.479	(19.716)	46.763	61.136
Provisão de IBNR	72.678	(463)	72.215	67.470
Provisão de IBNeR	2.463	(245)	2.218	-
Provisão despesas relacionadas	6.954	(2.565)	4.389	3.640
Outras provisões técnicas	305	-	305	366
Total	283.431	(51.489)	231.942	225.929

(*) Refere-se ao ativo de resseguro - provisões técnicas.

13.1. Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de IBNeR	Outras provisões técnicas	Total
Saldo em 31/12/2017	83.650	9.667	61.136	3.640	67.470	-	366	225.929
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	128.191	-	-	-	-	-	-	128.191
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(85.914)	-	-	-	-	-	-	(85.914)
(+) Sinistros avisados	-	-	61.212	26.620	-	-	-	87.832
(+/-) Ajuste de estimativa	(452)	(590)	(2.249)	(9.457)	5.208	2.463	(61)	(5.138)
(-) Pagamento de sinistros	-	-	(53.620)	(13.849)	-	-	-	(67.469)
Saldo em 31/12/2018	125.475	9.077	66.479	6.954	72.678	2.463	305	283.431

13.2. Tabela de desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo demonstram a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme obtemos informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados. a) Sinistros administrativos - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro:

	Anterior	Dezembro bro/13	Dezembro bro/14	Dezembro bro/15	Dezembro bro/16	Dezembro bro/17	Dezembro bro/18	Total
Incorrido (+) IBNR								
Até a data-base		129.408	57.154	96.908	53.881	58.432	63.447	459.230
Um ano mais tarde		122.752	50.816	91.286	50.850	54.488	-	370.192
Dois anos mais tarde		123.761	55.172	91.973	50.733	-	-	321.639
Três anos mais tarde		122.962	54.876	87.302	-	-	-	265.140
Quatro anos mais tarde		123.315	65.951	-	-	-	-	189.266
Cinco anos mais tarde		123.523	-	-	-	-	-	123.523
Posição em 31/12/2018		123.523	65.951	87.302	50.733	54.488	63.447	445.444

Pago acumulado

	Anterior	Dezembro bro/13	Dezembro bro/14	Dezembro bro/15	Dezembro bro/16	Dezembro bro/17	Dezembro bro/18	Total
Até a data-base		(56.093)	(27.096)	(45.108)	(30.684)	(32.255)	(40.052)	(231.288)
Um ano mais tarde		(114.620)	(42.913)	(68.843)	(46.172)	(50.807)	-	(323.355)
Dois anos mais tarde		(120.912)	(49.059)	(73.051)	(47.810)	-	-	(290.832)
Três anos mais tarde		(121.354)	(51.611)	(74.828)	-	-	-	(247.793)
Quatro anos mais tarde		(122.092)	(53.100)	-	-	-	-	(175.192)
Cinco anos mais tarde		(122.316)	-	-	-	-	-	(122.316)
Posição em 31/12/2018		(122.316)	(53.100)	(74.828)	(47.810)	(50.807)	(40.052)	(388.913)

Atualização monetária e juros

Atualização monetária e juros	77	258	(64)	16	25	-	-	312
-------------------------------	----	-----	------	----	----	---	---	-----

Provisão em 31/12/2018

Provisão em 31/12/2018	459	1.284	13.109	12.410	2.939	3.706	23.395	57.302
------------------------	-----	-------	--------	--------	-------	-------	--------	--------

Sobra/Falta acumulada

Sobra/Falta acumulada	5.883	(8.797)	9.606	3.148	3.950	-	-	-
-----------------------	-------	---------	-------	-------	-------	---	---	---

Sobra/Falta acumulada (%)

Sobra/Falta acumulada (%)	4,76%	-13,34%	11,00%	6,21%	7,25%	-	-	-
---------------------------	-------	---------	--------	-------	-------	---	---	---

Convênio DPVAT

Convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	67.064
----------------	---	---	---	---	---	---	---	--------

Provisão total em 31/12/2018

Provisão total em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-	124.366
------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------

b) Sinistros administrativos - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro:

	Anterior	Dezembro bro/13	Dezembro bro/14	Dezembro bro/15	Dezembro bro/16	Dezembro bro/17	Dezembro bro/18	Total
Incorrido (+) IBNR								
Até a data-base		74.954	48.100	70.174	48.291	54.640	58.308	354.467
Um ano mais tarde		63.919	39.829	62.443	46.449	53.583	-	266.223
Dois anos mais tarde		64.565	41.863	63.963	46.608	-	-	216.999
Três anos mais tarde		64.468	42.433	65.260	-	-	-	172.161
Quatro anos mais tarde		64.992	44.716	-	-	-	-	109.708
Cinco anos mais tarde		64.515	-	-	-	-	-	64.515
Posição em 31/12/2018		64.515	44.716	65.260	46.608	53.583	58.308	332.990

Pago acumulado

	Anterior	Dezembro bro/13	Dezembro bro/14	Dezembro bro/15	Dezembro bro/16	Dezembro bro/17	Dezembro bro/18	Total
Até a data-base		(45.956)	(23.022)	(38.131)	(29.374)	(31.685)	(36.647)	(204.815)
Um ano mais tarde		(60.724)	(34.444)	(54.522)	(42.837)	(49.998)	-	(242.525)
Dois anos mais tarde		(62.534)	(37.263)	(57.724)	(44.256)	-	-	(201.777)
Três anos mais tarde		(62.955)	(39.217)	(59.253)	-	-	-	(161.425)
Quatro anos mais tarde		(63.684)	(40.437)	-	-	-	-	(104.121)
Cinco anos mais tarde		(63.908)	-	-	-	-	-	(63.908)
Posição em 31/12/2018		(63.908)	(40.437)	(59.253)	(44.256)	(49.998)	(36.647)	(294.499)

Atualização monetária e juros

Atualização monetária e juros	(73)	(16)	(64)	(19)	25	-	-	(147)
-------------------------------	------	------	------	------	----	---	---	-------

Provisão em 31/12/2018

Provisão em 31/12/2018	292	534	4.263	5.943	2.333	3.610	21.661	38.636
------------------------	-----	-----	-------	-------	-------	-------	--------	--------

Sobra/Falta acumulada

Sobra/Falta acumulada	10.439	3.384	4.914	1.683	4.057	-	-	-
-----------------------	--------	-------	-------	-------	-------	---	---	---

Sobra/Falta acumulada (%)

Sobra/Falta acumulada (%)	16,18%	7,57%	7,53%	3,61%	7,57%	-	-	-
---------------------------	--------	-------	-------	-------	-------	---	---	---

Convênio DPVAT

Convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	67.064
----------------	---	---	---	---	---	---	---	--------

Provisão total em 31/12/2018

Provisão total em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-	105.700
------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------

c) Sinistros judiciais - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro

	Anterior	Dezembro bro/13	Dezembro bro/14	Dezembro bro/15	Dezembro bro/16	Dezembro bro/17	Dezembro bro/18	Total
Incorrido (+) IBNR								
Até a data-base		1.515	1.179	1.792	1.523	1.120	1.388	8.517
Um ano mais tarde		2.342	2.560	2.378	2.200	1.119	-	10.599
Dois anos mais tarde		2.863	3.305	3.681	3.239	-	-	13.088
Três anos mais tarde		3.430	4.095	4.672	-	-	-	12.197
Quatro anos mais tarde		3.741	5.061	-	-	-	-	8.802
Cinco anos mais tarde		4.145	-	-	-	-	-	4.145
Posição em 31/12/2018		4.145	5.061	4.672	3.239	1.119	1.388	19.624

Pago acumulado

	Anterior	Dezembro bro/13	Dezembro bro/14	Dezembro bro/15	Dezembro bro/16	Dezembro bro/17	Dezembro bro/18	Total
Até a data-base		(197)	(233)	(211)	(203)	(5)	(9)	(858)
Um ano mais tarde		(465)	(760)	(671)	(356)	(96)	-	(2.348)
Dois anos mais tarde		(752)	(982)	(1.880)	(1.464)	-	-	(5.078)
Três anos mais tarde		(1.462)	(1.881)	(2.297)	-	-	-	(5.640)
Quatro anos mais tarde		(2.122)	(2.510)	-	-	-	-	(4.632)
Cinco anos mais tarde		(2.565)	-	-	-	-	-	(2.565)
Posição em 31/12/2018		(2.565)	(2.510)	(2.297)	(1.464)	(96)	(9)	(8.941)

Atualização monetária e juros

Atualização monetária e juros	2.689	1.581	1.131	593	414	-	-	6.408
-------------------------------	-------	-------	-------	-----	-----	---	---	-------

Provisão em 31/12/2018

Provisão em 31/12/2018	698	4.269	4.132	3.506	2.368	1.437	1.379	17.789
------------------------	-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--------

Sobra/Falta acumulada

Sobra/Falta acumulada	(2.630)	(3.882)	(2.880)	(1.716)	-	-	-	2
-----------------------	---------	---------	---------	---------	---	---	---	---

Sobra/Falta acumulada (%)

Sobra/Falta acumulada (%)	-63,44%	-76,71%	-61,65%	-52,97%	0,13%	-	-	-
---------------------------	---------	---------	---------	---------	-------	---	---	---

Convênio DPVAT

Convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	6.451
----------------	---	---	---	---	---	---	---	-------

Provisão total em 31/12/2018

Provisão total em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-	24.240
------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	--------

d) Sinistros judiciais - Provisões e pagamentos - Líquido de resseguro:

	Anterior	Dezembro bro/13	Dezembro bro/14	Dezembro bro/15	Dezembro bro/16	Dezembro bro/17	Dezembro bro/18	Total
Incorrido (+) IBNR								
Até a data-base		1.483	1.075	1.673	1.319	1.120	1.388	8.058
Um ano mais tarde		1.188	1.377	2.088	2.057	1.119	-	7.828
Dois anos mais tarde		1.699	2.058	3.181	3.002	-	-	9.941
Três anos mais tarde		2.088	2.802	3.912	-	-	-	8.801
Quatro anos mais tarde		2.399	3.440	-	-	-	-	5.839
Cin								

	31/12/17				
	Prêmios emitidos	Variação provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição
Ramos					
Responsabilidade civil profissional e de administração e diretores - D&O	52.837	(18.144)	34.693	(9.766)	(7.329)
Transporte nacional	26.010	(3.982)	22.028	(13.088)	(6.740)
Transporte internacional	23.550	(2.158)	21.392	(4.128)	(5.884)
Responsabilidade civil transporte rodoviário carga	24.009	(2.425)	21.584	(9.503)	(4.929)
Responsabilidade civil transporte rodoviário desvio carga	12.912	(1.065)	11.847	(10.462)	(2.836)
Garantia-segurado setor público	3.683	385	4.068	(268)	(703)
Garantia-segurado setor privado	(5.492)	5.119	(373)	(242)	62
DPVAT	23.200	(101)	23.099	(19.519)	(274)
Demais ramos	11.345	(2.455)	8.890	(4.702)	(1.862)
Total	181.851	(21.286)	160.565	(75.467)	(33.394)

b) Sinistralidade e comissionamento (*):

	31/12/18		31/12/17	
	Sinistralidade	Comissionamento	Sinistralidade	Comissionamento
Ramos				
Compreensivo empresarial	92,2%	21,7%	55,2%	22,6%
Riscos de engenharia	23,9%	22,3%	2,8%	21,5%
Riscos nomeados e operacionais	116,8%	29,6%	-178,0%	26,4%
Responsabilidade civil geral	46,7%	18,1%	45,1%	21,1%
Responsabilidade civil profissional e de administração e diretores - D&O	19,4%	19,9%	28,1%	21,1%
Transporte nacional	56,1%	24,4%	59,4%	30,6%
Transporte internacional	24,4%	22,3%	19,3%	27,5%
Responsabilidade civil transporte rodoviário carga	26,9%	24,3%	44,0%	22,8%
Responsabilidade civil transporte rodoviário desvio carga	65,2%	24,1%	88,3%	23,9%
Garantia- Segurado setor público	1,9%	16,6%	6,6%	17,3%
Garantia- Segurado setor privado	207,1%	19,2%	-64,9%	16,6%
DPVAT	81,3%	1,2%	84,5%	1,2%
Demais ramos	53,5%	22,6%	52,9%	20,9%
Total	41,1%	20,0%	47,0%	20,8%

(*) Saldos apresentados brutos de resseguro.

c) Prêmios emitidos:

	31/12/18	31/12/17
Prêmios diretos	234.992	205.567
DPVAT	18.996	23.200
Prêmios cancelados	(24.080)	(40.307)
Prêmios restituídos	(1.537)	(1.260)
Cosseguro aceito de congêneres	8.088	8.102
Cosseguro cedido às congêneres	(4.023)	(5.387)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	178	(10.452)
Custo inicial de contratação (*)	(144)	2.388
Total	232.470	181.851

(*)A Seguradora em atendimento à Circular Susep nº 543/2016 deixou de calcular o Custo Inicial de Contratação a partir de 1º de maio de 2017.

d) Variações das provisões técnicas:

	31/12/18	31/12/17
Provisão de prêmios não ganho - seguros diretos	(42.038)	(23.230)
Provisão de prêmios não ganho - cosseguro aceito	140	485
Provisão de prêmios não ganho - RVNE	591	1.559
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	(70)	(100)
Total	(41.377)	(21.286)

e) Sinistros ocorridos:

	31/12/18	31/12/17
Sinistros ocorridos - seguros diretos	(55.172)	(52.090)
DPVAT	(15.389)	(19.519)
Sinistros ocorridos - cosseguro aceito	(1.846)	288
Despesas com sinistros - seguros diretos	(14.391)	(9.510)
Despesas com sinistros - cosseguro aceito	(739)	(13)
Recuperação de sinistros	1.117	1.014
Salvados e ressarcimentos	7.736	4.389
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	2.648	114
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(2.463)	-
Serviços de assistência	(84)	(140)
Total	(78.583)	(75.467)

f) Custos de aquisição:

	31/12/18	31/12/17
Comissão sobre prêmios emitidos	(43.352)	(29.364)
Comissão sobre prêmios de cosseguro cedidos à congêneres	646	839
Outras despesas de comercialização	(3.820)	(7.269)
Variação de comissões diferidas	8.349	2.400
Total	(38.177)	(33.394)

g) Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/18	31/12/17
Outras receitas operacionais	(13)	382
Outras receitas - consórcio DPVAT	532	38
Despesas com cobrança - consórcio DPVAT	(3.146)	(2.557)
Outras despesas com operações de seguros	(421)	(520)
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber	(1.336)	(1.031)
Total	(4.384)	(3.688)

h) Resultado com resseguro:

	31/12/18	31/12/17
Receita com resseguro	5.405	2.018
Indenizações de sinistros	2.596	1.009
Despesas com sinistros	(43)	(2.036)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	7.958	991

	31/12/18	31/12/17
Receita com resseguro		
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguro	(46.575)	(17.141)
Custo de aquisição	8.459	1.254
Provisão de prêmios não ganhos	21.694	1.447
Variação de comissões diferidas	(5.498)	1.460
Salvados e ressarcimentos	(530)	(586)
Total	(22.450)	(13.566)

Total

i) Despesas administrativas:

	31/12/18	31/12/17
Despesas com pessoal próprio	(24.114)	(24.367)
Despesas com serviços de terceiros	(8.003)	(7.068)
Despesas com localização e funcionamento	(7.777)	(6.673)
Despesas com publicidade e propaganda	(1.857)	(1.108)
Despesas com publicações	(206)	(151)
Despesas com donativos e contribuições	(69)	(68)
Despesas administrativas - convênio DPVAT	(2.255)	(1.553)
Outras despesas administrativas	(167)	(1.336)
Total	(44.448)	(42.324)

j) Despesas com tributos:

	31/12/18	31/12/17
COFINS	(4.870)	(4.852)
PIS/PASEP	(791)	(788)
Taxa de fiscalização SUSEP	(800)	(582)
Impostos federais s/remessa - resseguro	(2.443)	(242)
Encargos IOF	(47)	(25)
Contribuição sindical	(65)	(80)
Outros tributos	(128)	(115)
Total	(9.144)	(6.684)

k) Resultado financeiro:

	31/12/18	31/12/17
Receitas financeiras	2.385	2.602
Receitas com títulos de renda fixa privados	8.948	10.885
Receitas com títulos de renda fixa públicos	8.276	3.635
Receitas financeiras com operações de seguros	4.788	6.622
Receitas financeiras - consórcio DPVAT	1.071	392
Outras receitas financeiras	25.468	24.136

Total

Despesas financeiras	(8.362)	(4.099)
Despesas financeiras com seguros	(4.618)	(6.484)
Despesas financeiras com consórcio DPVAT	(496)	(500)
Taxa de administração e custódia de títulos	(813)	(355)
Outras despesas financeiras(*)	(14.289)	(11.438)
Total	11.179	12.698

(*) Em 2018 inclui R\$223 mil de valores a reembolsar a empresas do grupo Argo, vide nota explicativa 18.

17. Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/18		31/12/17	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após participações	11.726	11.726	(691)	(691)
Adições temporárias	4.721	4.212	565	(625)
Adições permanentes	1.166	346	4.478	171
Total	17.613	16.284	4.352	(1.145)
Compensação - 30%	(5.284)	(4.885)	(1.306)	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	12.329	11.399	3.046	(1.145)

Alíquota

	25%	20%	25%	20%
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	(3.082)	(2.280)	(762)	-
Outros ajustes	40	66	(253)	(222)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.042)	(2.214)	(1.015)	(222)
Taxa Efetiva	25,94%	18,88%	-146,89%	-32,13%

18. Partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora a sua controladora Argo Financial Holding (Brazil) Limited, a Argonaut Management Services, Inc., a sua coligada Argo Re Ltd., além de seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. As principais transações envolvendo partes relacionadas na Seguradora estão descritas a seguir:

	31/12/18		31/12/17	
	Ativo/(Passivo)	Receita/(despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/(despesa)
Argo Re Ltd.	(9.031)	(14.792)	(186)	(3.119)
Argonaut Management Services, Inc.(*)	-	225	(3.245)	(997)
Total	(9.031)	(14.567)	(3.431)	(4.116)

(*) Referem-se, basicamente, à reembolso de despesas relacionadas à utilização de serviços de tecnologia.

i. Remuneração do pessoal chave da Administração: Conforme CPC 33 "Benefícios a empregados", os benefícios de curto prazo providos às pessoas-chaves da Administração foi de R\$ 8.319 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 8.389 em 2017), que incluem proventos, encargos sociais, gratificações (PLR e bônus) e demais benefícios. A Seguradora não patrocina planos de previdência complementar, não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. ii. Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidades de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. 19. Política de participação nos resultados: A Seguradora utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/2000. Anualmente é formada uma Comissão PPLR que tem por objetivo representar todos os funcionários da Seguradora, assistidos pela área de Recursos Humanos e pelo Sindicato dos Securitários, nas reuniões de negociação do PPLR, cuja despesa é contabilizada na rubrica do resultado - Participações sobre o resultado.

Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Argo Seguros Brasil S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 14.868.712/0001-31
 Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Argo Seguros Brasil S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Responsabilidade da Administração
 A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre

práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
 Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas,

da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.
Outros Assuntos
 No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes.

EY
 Building a better working world
EY Serviços Atuariais S.S.
 CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57
Ricardo Pacheco
 MIBA 2.679

Diretoria	Contador
Salvatore Lombardi Junior Diretor	Atuário - Ricardo César Pessoa - MIBA 1076
Mario Yokoo Eguti Superintendente de Controladoria e Finanças	Contador Mario Yokoo Eguti - CRC 1SP253570/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Argo Seguros Brasil S.A. São Paulo - SP
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Argo Seguros Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Gilberto Bizerra De Souza
Contador - CRC-RJ076.328/O-2